Confaz aprova convênio de ICMS para aquisição de selo de controle e procedência da água mineral

Sex 03 setembro

A [Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais \(SEF/MG\)](#) conseguiu, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a aprovação de um convênio que autoriza a concessão de crédito presumido para a aquisição de selos fiscais para controle e procedência do envase e da circulação de água mineral acondicionada em embalagens retornáveis ou descartáveis.

Aprovado por unanimidade durante a 336ª Reunião Extraordinária do Confaz realizada nesta sexta-feira (3/9), em Brasília, o convênio está diretamente vinculado à Lei Estadual 23.536, de 8/1/2020, que institui o uso obrigatório do selo em embalagens de água mineral em circulação em Minas Gerais, mesmo que provenientes de outros estados.

Para embalagens com capacidade inferior a quatro litros, a lei determina o uso do selo eletrônico. Já para embalagens com capacidade superior a quatro litros, o uso é o do selo físico.

A aprovação do convênio é considerada uma conquista pelo setor, uma vez que o crédito presumido do ICMS concedido pelo [Governo de Minas](#) será no valor correspondente ao preço pago pela aquisição dos selos fiscais. Na prática, isso significa que, ao mesmo tempo em que exige uma espécie de certificado de controle e procedência, o Estado também subsidia integralmente os gastos. Ou seja, se o empresário tiver, por exemplo, uma despesa mensal de R\$ 1 mil para comprar os selos, terá, automaticamente, um abatimento do mesmo valor no ICMS devido.

Para o secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa, o benefício não implica perda de receita. Pelo contrário. Segundo ele, o convênio é um importante auxílio para o cumprimento da lei, e a obrigatoriedade do selo fiscal vai resultar em um incremento significativo na arrecadação.

“Ganham todos. O empresário que não vai ter custos para a aquisição do selo; o consumidor, que passará a ter certeza de que a água mineral comprada tem procedência, e o Estado, que vai ter à sua disposição uma ferramenta a mais de controle, uma vez que só terão acesso ao selo empresas comprovadamente regulares”, avalia Barbosa.

Segundo o secretário, com o cerco se fechando contra os informais, a tendência é que as compras de água mineral se concentrem nos estabelecimentos cujas embalagens tiverem o selo fiscal. Automaticamente, o volume de venda das empresas formalmente estabelecidas aumenta e, conseqüentemente, a arrecadação do ICMS.

No ano passado, o valor do imposto pago pelos fabricantes e distribuidores de água mineral em Minas foi de R\$ 51,5 milhões. Em 2021, de janeiro a julho, a arrecadação foi de R\$ 32,8 milhões.

Apesar de a lei e o convênio já terem sido aprovados, ainda falta a publicação de um decreto estadual para regulamentar as normas de concessão de benefício do crédito presumido de ICMS para a aquisição dos selos.

Punição

O valor da multa prevista para quem for flagrado comercializando água mineral sem o selo é de 30 UFEMG por embalagem. O equivalente a R\$ 118,32.